

POLÍTICA ALÉM DA NOTÍCIA

PLENÁRIO

Depois das mulheres, é a vez dos bóias-frias

Constituinte e meio ambiente

JOSE MOURA*



Sou dos que creem que a consciência ecológica não significa apenas consciência humanística. Se reflete a certeza de que o homem é o ponto de partida e deve ser sempre a meta final na grande obra da civilização, reconhece, por outro lado, que a terra não se resume "em uma poderosa força geológica". Encerra, principalmente, a compreensão de que o homem não está sozinho no planeta e que existem relações recíprocas entre os seres vivos, e destes com o meio ambiente, que não apenas condicionam a qualidade da vida humana, mas representam a base da nossa própria sobrevivência.

Ajudando Sarney

Há ministros que, como José Hugo Castelo Branco, estão ajudando o Presidente, na forma de uma declaração expressa e enfática de entrega de seus cargos. Outros ministros, como Dante de Oliveira, apenas fazem ligeiras abordagens sobre o tema. Mas na verdade o presidente da República precisaria mais de quem lhe abrisse espaços, tirando-lhe o constrangimento, pois é parte de sua personalidade o apego aos auxiliares, não desajando dispensá-los, mesmo os que estão em descompasso.

No caso do ministro José Hugo Castelo Branco, ele serviu ao Presidente com rara eficácia, e deverá executar novas missões para Sarney, como presidente da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, ou mesmo embaixador em Paris. Essa seqüência de cargos tem a sua preferência quanto aos dois primeiros, pois veio de presidir, em Minas, no governo Tancredo Neves, o sistema de bancos oficiais. Na época, quando veio para Brasília, suspeitava de que Tancredo o faria governador do Distrito Federal, mas acabou no Gabinete Civil. Embora seja um posto cobicado pelo charme da idéia, a embaixada em Paris não seduz muito o ministro José Hugo, pois ficaria muito tempo longe de seus canais de diálogo político e empresarial. Sarney o desejaria ter em Paris como uma das peças de seu conselho de alto nível para retomada do diálogo com os banqueiros europeus.

Para continuar servindo bem ao Chefe do Governo, o ministro da Indústria e do Comércio passará o Ministério ao deputado Ralph Biasi, ou a um outro — pois ainda perduram dúvidas se o parlamentar do PMDB paulista será aceito por Sarney — no dia e hora aprazados, ficando no cargo sem agenda, sacrificando-se para ajudar o Presidente.

Ontem à noite corriam informações de que a candidatura de Ralph Biasi ao MIC havia sofrido um bombardeio oriundo do Palácio do Planalto, a partir da secretaria particular do Presidente. Biasi, de 30 anos, tem base em Americana, rica cidade paulista, e em fevereiro de 85, quando Sarney mudou pela primeira vez seu ministério, o governador Franco Montoro, acompanhado de seu vice, Orestes Quêrcia, e do deputado Ulysses Guimarães, foram ao Presidente para colocar seu nome para o MIC. Sarney preferiu nomear José Hugo Castelo Branco.

O NÃO DE ELIEZER

Definitivamente, Eliezer Baptista da Silva não será ministro: alegou problemas de saúde — uma febre, que o acometeu recentemente, e um problema de coagulação sanguínea — e ainda tem contra si a ira santa do senador Severo Gomes. Mas o presidente da República o terá por perto, como conselheiro informal, como ontem, em Carajás.

VENTURINI NA FESTA

Na recepção oferecida ao presidente Sarney pelo presidente Mário Soares, na embaixada de Portugal estava o general Danilo Venturini, como um dos convidados.

MARCOS LIMA NA FRENTE

O segundo ministro de Minas poderá ser o deputado Marcos Lima, que, no Alvorada, no recente jantar do PMDB, recebeu um efusivo cumprimento de Sarney, que o apresentou a Dona Marly: "Este é o Marcos, de quem falei".

LEONARDO MOTA NETO

Recompôr a Aliança

O presidente Sarney viajou para Carajás com a convicção de que é preciso um novo esforço para recosturar a Aliança Democrática, procurando eliminar os problemas que agravaram as relações entre o PMDB e o PFL, sobretudo após as escaramuças que tiveram por causa da distribuição de cargos na mesa da Assembleia Constituinte. O Presidente encara com preocupação o alinhamento do PFL e quer trabalhar com Ulysses Guimarães para recompôr os dois aliados principais.

Isso deve reforçar a informação, que já tínhamos registrado, de que Sarney não pensa mais em promover qualquer tipo de divisão no PMDB. Pelo contrário, ele trabalha agora, através do líder Carlos Sant'Anna, para consolidar, essa unidade, embora não tenha desistido do projeto, que considera legítimo, de influir nas decisões da Constituinte em alianças com forças majoritárias que tenham posições coincidentes com as do Governo nos diversos campos da atividade humana.

Segundo informações que circulam no PMDB, o Presidente saiu de Brasília convencido de que precisava acertar com Ulysses formas de colaboração para evitar o rompimento da Aliança Democrática, sobre cuja base repousa a sustentação de seu Governo. Simultaneamente, o Presidente trabalha para estreitar suas relações com os novos governadores do PMDB, consultando-os a respeito dos ajustes que pretende fazer na equipe ministerial — ajustes, como faz questão de precisar, e não reforma ministerial, como o noticiário dos jornais prefere qualificar essa iniciativa em marcha.

O Presidente tem falado a todos os governadores da imperiosa necessidade de uma manifestação das forças políticas que o apoiem a respeito da duração de seu mandato. Pelo menos um desses governadores, situados mais à esquerda do PMDB, ponderou a Sarney que, antes disso, o seu Governo devia adotar uma posição mais clara em relação à negociação da dívida externa.

O Governo continua a trabalhar com a hipótese de uma manifestação das bancadas do PMDB e do PFL sobre a duração do atual mandato presidencial. As reuniões seriam convocadas para maio, mas o PFL, através da bancada no Senado, decidiu pedir mandato de seis anos, enquanto a bancada da Câmara, do mesmo partido, traumatizada pelo alinhamento da mesa da Constituinte, defendeu eleição em 1988.

Esses desajustes na base parlamentar do Governo inquietam o político Sarney, que pensava em conversar a esse respeito com Ulysses Guimarães, que o acompanhou no mesmo avião, na viagem que fez ontem pela manhã, à Serra dos Carajás. Ainda não se sabe qual o meio que poderia ser empregado para recompôr a aliança entre o PMDB e o PFL, sem dúvida abalada pelos últimos acontecimentos.

O PMDB poderia revelar maior grau de boa vontade com o seu parceiro minoritário de Aliança na distribuição de posições nas comissões da Assembleia Constituinte. Sarney poderá promover entendimentos diretos de Ulysses com o líder do PFL, deputado José Lourenço, que resolveu levar sua bancada para um confronto com o partido maior.

A invasão das mulheres ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte abriu precedente para que qualquer segmento organizado da sociedade use aquele espaço para se manifestar. A questão foi levantada na sessão de ontem pelo deputado Amaury Muller (PDT/RS), que reivindicou à mesa diretora tratamento idêntico para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra que estarão em Brasília na segunda-feira.

O precedente foi aberto pelo 3º secretário da mesa, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que, na presença dos trabalhos, resolveu homenagear, na quinta-feira, as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, permitindo que dirigentes da entidade tomassem lugar no plenário e que as mulheres constituintes usassem a palavra sem antes se inscreverem. A liberalidade, contra as normas regimentais, foi completada ainda com a permissão para que as galerias, repletas de mulheres, se manifestassem e a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), presidisse os trabalhos, ainda que por instantes.

"Não diria que é um precedente perigoso, mas é um precedente", observou Amaury Muller, lembrando que seu partido, o PDT, lutou para que setores organizados da sociedade pudessem levar suas reivindicações ao plenário da Constituinte, mas a idéia não prosperou. "Isso é complexo, polemico", reconheceu ontem, logo após discursar reclamando a igualdade de tratamento para os bóias-frias e os sem-terra, esquecendo-se de que na segunda-feira, quando eles estarão em Brasília, a Assembleia não estará reunida, mas a Câmara dos Deputados, o que pode valer de justificativa para uma negativa.

A sessão de ontem, realizada no período da manhã para que os constituintes pudessem viajar à tarde para seus Estados, começou com 19 parlamentares em plenário e acabou, uma hora mais cedo, com apenas cinco. Mesmo assim, serviu para que os membros da mesa-diretora eleitos na véspera se revezassem na presidência dos trabalhos, passando por ela, pela ordem, o 1º e o 2º vice-presidentes, Mauro Benevides (PMDB-CE) e Jorge Arbage (PDS-PA), e o 1º e o 2º secretários, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) e Mário Maia (PDT-AC).

O esvaziamento também não impediu que a Aliança Democrática mais uma vez se mostrasse dividida de forma irremediável. O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) disse que o PFL prestou grande serviço à Nação se retirando da sessão de eleição da mesa diretora da Constituinte e faria melhor ainda se não retornasse ao plenário e também deixasse o Governo, para liberar o presidente Sarney do constrangimento de ter que dispensar o apoio do partido.

Nomes saem amanhã

Os líderes do PMDB na Constituinte, na Câmara e no Senado reúnem-se amanhã, às 20 horas no apartamento do deputado Luiz Henrique, presentes também os vice-líderes Euclides Scalco e Ubiratan Aguiar, com todos os coordenadores de bancadas estaduais para decidir finalmente sobre as indicações para as comissões da Assembleia Nacional Constituinte.

Em princípio, foi estabelecido o critério de que cada bancada estadual terá direito a indicar um representante para a importante Comissão de Sistematização, havendo grande descontentamento entre bancadas importantes e mais numerosas, como as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo e Paraná.

A resposta, na mesma moeda, coube ao deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), para quem o PMDB, responsável pela política econômica "que o povo vem rejeitando unanimemente, é que deve deixar o Governo. Ressaltou, ainda, que o PFL não apoia o Governo pelos cargos que foram destinados ao partido. "mas única e exclusivamente por nos considerarmos também fiadores da transição política e colaboradores do processo de reinstitucionalização do País".

Além do PFL, o PMDB teve que enfrentar o PDS, cujos líder, deputado Amiral Netto, voltou a fazer pesadas críticas ao ministro da Fazenda, Dilson Fumaro, repetindo as denúncias de que ele se valera do cargo para beneficiar sua indústria de brinquedos.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que viajou para Santos, em São Paulo, está sendo esperado ainda hoje em Brasília para retomar os entendimentos.

O coordenador da bancada do PMDB no Rio Grande do Sul, deputado Léléo de Souza, está reivindicando para sua seção o direito de indicar um representante para a Comissão de Agricultura. Léléo de Souza também está empenhado em assegurar a presença do senador do PMDB gaúcho José Bisol para a Comissão de Sistematização.

Da reunião de amanhã à noite no apartamento do deputado Luiz Henrique participam, ainda, os líderes Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

No atacado, o deputado peemedebista Paulo Macarrini (SC) foi à tribuna no horário destinado à liderança do partido, para rebater todas as críticas ao governo apresentadas durante a sessão. A Amaral Netto, depois de frisar que repelia suas insinuações, o acusou de fazer o jogo dos banqueiros e credores internacionais, tentando enfraquecer o ministro da Fazenda como negociador da dívida externa.

A eleição direta do sucessor do governador José Aparecido no governo do Distrito Federal foi proposta pelo deputado Jofran Frejat (PFL-DF), que defendeu também a instalação de uma Assembleia Legislativa. O parlamentar apresentou sua proposta após lamentar a marginalização dos construtores de Brasília, afirmando que as eleições de novembro serviriam para mostrar que a Capital Federal não é somente a dos cartões postais mas também a das cidades-satélites, com todas as suas dificuldades.

Numa sessão em que a bancada do Distrito Federal chegou a ser maioria em plenário, somando três constituintes num total de cinco, também ocupou a tribuna o deputado Geraldo Campos (PMDB). Em defesa dos servidores públicos, ele reclamou para a categoria o direito à sindicalização, reposição salarial que corrija o achatamento de mais de duas décadas, a unificação num único regime jurídico e novo Plano de Classificação de Cargos.

de A a Z

os Constituintes

Portrait of Faria de Sá with text: Faria de Sá. Estreia como deputado pelo PTB paulista. Baseou sua campanha na defesa dos aposentados e pensionistas.

Portrait of Chico Pinto with text: Chico Pinto. Um dos articuladores da esquerda do PMDB, defende o parlamentarismo e a estatização dos bancos.

Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), 40 anos, elegeu-se pela primeira vez deputado federal com 115.469 votos, principalmente dos aposentados e pensionistas, segmento que ele defendeu intensamente como apresentador de um programa na TV Record. Em São Paulo, durante a campanha circulou a notícia de que ele contava com o apoio da seita Moon. Contador, advogado e radialista, desquitado, dois filhos, Faria de Sá é a favor do estabelecimento de um mandato presidencial de quatro anos com direito à reeleição, pregando ainda eleições diretas para a Presidência da República em 1988. Presidencialista por achar que "o Brasil não tem partidos sólidos para encarar o parlamentarismo", simpático à adoção do voto distrital misto, modelo alemão, ele revela-se preocupado com o contexto da crise em que os constituintes terão que trabalhar. "E como se tivéssemos que construir um edifício sobre um pântano", diz ele.

Francisco José Pinto dos Santos (PMDB-BA), 56 anos, foi reeleito para o quarto mandato federal e é um dos principais articuladores da chamada esquerda independente do PMDB. Começou a fazer política em 1961, quando elegeu-se vereador em Feira de Santana pelo antigo PSD. Figura carismática, ele consolidou seu prestígio eleitoral no Estado durante o ano em que esteve à frente da prefeitura no município (1963). Como vitória do golpe militar de 1964, teve seu mandato cassado e foi preso por 60 dias.

Em 70, filiado ao MDB, Chico Pinto obteve votação consagradora, transformando-se numa das expressões do grupo Autêntico. Em 74, por agressivo discurso contra a presença do ditador Augusto Pinochet no Brasil foi condenado pela Lei de Segurança Nacional, permanecendo preso durante seis meses no Quartel da Polícia Militar de Brasília. Reeleito em 82, voltou a ocupar o noticiário ao pedir a apuração do famoso "Relatório Sarajava", documento sigiloso preparado pelo adido militar na embaixada em Paris, com acusações ao ex-ministro Delfim Netto, hoje deputado e, à época, embaixador, por receber propinas pelos financiamentos obtidos no exterior.

Casado, um filho, frequentemente diverge da linha adotada por Ulysses Guimarães. Declara-se parlamentarista, é radicalmente contrário à adoção do voto distrital, defende a estatização dos bancos e dos setores da educação e saúde. Chico Pinto acha que a anunciada reforma ministerial está "começando mal". Em relação ao papel das Forças Armadas, ele acredita que não deveria ter discussão: elas ficariam encarregadas da defesa externa e as polícias garantiriam a ordem interna. E também favorável à legalização do aborto.

da preservação ambiental, estabelecendo na Lei Maior normas que venham a permitir o controle efetivo da poluição, a exploração racional dos recursos naturais renováveis, a preservação dos ecossistemas, o gerenciamento responsável das reservas hídricas e minerais. Necessário se torna, outrossim, o estabelecimento de diretrizes constitucionais que induzam a uma adequada conduta social no tocante ao uso, parcelamento e ocupação do solo. Quer-me parecer indispensável, que a nova Carta inclua, em benefício do povo brasileiro, princípios norteadores de uma consciência ecológica, evitando que a ambição do lucro ou considerações de natureza meramente econômica venham a desrespeitar o direito fundamental dos cidadãos de contarem permanentemente com um meio ambiente equilibrado e saudável, fator indispensável à qualidade de vida e à saúde individual e coletiva. Nada deve abalar nosso propósito de aperfeiçoar a legislação específica e, sobretudo, de direcionar a nova Lei Maior nesse sentido, na certeza de que desenvolvimento e meio ambiente são as duas faces da mesma moeda da prosperidade e do bem-estar social.

* José Moura é deputado pelo PFL de Pernambuco

Serviços terão ação integrada

Diretores de departamentos da Câmara e do Senado realizaram, ontem, uma reunião conjunta inédita, pois as administrações das duas casas do Legislativo sempre atuaram de forma separada. Para atender a Assembleia Nacional Constituinte, as administrações estão unidas as suas atividades, iniciando com um encontro de diretores dos Departamentos de Taquigrafia, de Comissões e de Divulgação, além de representantes do Centro de Informática e Processamento de Dados — Prodases e do Centro Gráfico do Senado. O encontro, coordenado pelo secretário-geral da mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira, visou à integração dos trabalhos administrativos dos funcionários das duas casas, a fim de atender às necessidades dos constituintes, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte. A parte de reforma das instalações nas salas de comissões já está praticamente concluída, faltando a copa, que ficará próximo ao Anexo II, na entrada da Ala das Comissões, e a colocação de mais cadeiras em algumas das salas destinadas às subcomissões. Na sala onde deverá funcionar o Comitê de Imprensa e equipamentos, que a diretoria geral espera ter instalados durante o fim de semana.